



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática



**AGENDA**

**SÃO PAULO PODE MAIS  
NA SEGURANÇA PÚBLICA**



## AGENDA

# SÃO PAULO PODE MAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA

Em seus 19 anos de atuação, o Instituto Sou da Paz sempre dedicou um olhar prioritário ao estado de São Paulo, onde fica a sede do Instituto, cuja população de números superlativos lhe confere grande relevância nacional. São Paulo também apresenta a melhor experiência brasileira na redução de homicídios. Se em 1999 a taxa de homicídios no estado era de 35,2 mortes para cada 100 mil habitantes, em 2017 foi possível celebrar uma redução de mais de 78% nos casos, com a taxa se estabelecendo em 7,5 casos para cada 100 mil habitantes<sup>1</sup>.

Boas práticas precisam ser comemoradas e consolidadas. Entretanto, ainda são muitos os desafios que São Paulo deve enfrentar para oferecer mais segurança à sua população. É fundamental buscar

a contínua melhoria da atividade policial, assim como da relação das polícias com a comunidade. É também imprescindível aprimorar a gestão do imenso sistema penitenciário paulista e, não menos importante, desenvolver políticas públicas perenes voltadas aos jovens e à prevenção da violência.

À luz deste contexto, o Instituto Sou da Paz apresenta um conjunto de propostas sobre a segurança pública paulista que esperamos ver debatidas, aprimoradas e implementadas pelo(a) vencedor(a) do pleito de outubro de 2018. As medidas recomendadas são fruto de estudos técnicos, realizados pelo Sou da Paz e outras organizações, e levam em consideração os pareceres de profissionais da segurança pública paulista colhidos entre fevereiro e junho de 2018. São abordados os eixos prioritários a seguir:

<sup>1</sup>Dados Estatísticos do Estado de São Paulo. Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/Estatistica/Pesquisa.aspx>

---

05

---

01 - Atividade Policial

---

12

---

02 - Gestão da Política de Segurança

---

18

---

03 - Controle de Armas e Munições

---

20

---

04 - Crime Organizado

---

21

---

05 - Sistema Prisional

---

22

---

06 - Políticas Públicas de Prevenção da Violência

---

**Como tem feito desde a sua fundação, o Instituto Sou da Paz mantém sua disposição em colaborar amplamente com o governo eleito na melhoria da segurança pública de São Paulo, sempre balizando nossa atuação no respeito à democracia, à justiça social e aos direitos humanos.**



# ATIVIDADE POLICIAL

## 1) Valorização profissional das polícias

No estado de São Paulo, o salário base da Polícia Militar não tem acompanhado a reposição da inflação anualmente, e o salário de delegados da Polícia Civil é um dos piores do país<sup>2</sup>.

Frente à necessidade de complementar a renda familiar, muitos policiais civis e militares paulistas desempenham atividades remuneradas no horário que deveria ser dedicado ao descanso. De acordo com pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, metade dos mais de 10.500 policiais do sexo masculino ouvidos disseram desempenhar atividades remuneradas em seu horário de folga<sup>3</sup>. A dupla jornada de trabalho desencadeia desgaste físico e emocional intenso, que, por sua vez, também aumenta as chances de que um policial seja vítima de violência.

É essencial garantir uma remuneração adequada para policiais e fomentar seu desenvolvimento profissional, não só pelo risco e importância das atividades desempenhadas, mas especialmente para atrair e manter o melhor quadro de profissionais nas corporações policiais.

<sup>2</sup>Vide tabela comparativa atualizada pelo Sindicato dos Delegados do Estado de São Paulo em outubro de 2017. Disponível em: [http://www.sindpesp.org.br/noticias\\_det.asp?nt=669](http://www.sindpesp.org.br/noticias_det.asp?nt=669)

<sup>3</sup>Pesquisa “As mulheres nas instituições policiais” (2015), realizada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em parceria com a Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e o Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública (CRISP/UFMG), com apoio da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP/MJ). Disponível em: <https://goo.gl/BfIKOF>

## Propostas

- Cumprir anualmente a reposição salarial para garantir a recomposição de perdas da inflação das carreiras policiais na referida data-base estabelecida na lei 12.391/2006<sup>4</sup> sobre a remuneração dos servidores públicos.
- Aprimorar o planejamento orçamentário para prever aumentos reais aos servidores da segurança pública durante o próximo mandato.
- Oferecer oportunidades de treinamento em pleno serviço e estágios de aprimoramento periódicos. A formação do policial para o desempenho dessas atividades não deve se ater à repetição mecânica e burocratizada de procedimentos, mas desenvolver a capacidade crítica e discricionária do policial de avaliar riscos concretos e agir a partir das diretrizes fixadas pela instituição.

## 2) Investimento na estrutura e recursos humanos da Polícia Civil

A Polícia Civil do Estado de São Paulo enfrenta desafios significativos em relação ao seu efetivo, orçamento<sup>5</sup> e capacidade de trabalho, incluindo o envelhecimento e falta de reposição dos seus quadros. Este cenário traz graves consequências para a segurança pública, na medida em que é impossível produzir bons resultados apenas com policiamento ostensivo. O combate efetivo ao crime e à violência depende de atividades investigatórias robustas.

Propostas de separação institucional da Polícia Civil da Secretaria da Segurança Pública também oferecem um risco à necessidade fundamental de atuação integrada entre as Polícias Civil e Militar.

## Propostas

- Reorganizar a lei orgânica da Polícia Civil visando reduzir e racionalizar o número de carreiras existentes, limitar a segmentação e especialização excessivas de equipes, aprimorar a gestão de recursos humanos e melhorar a remuneração das carreiras da Polícia Civil.

<sup>4</sup>Disponível em: <https://goo.gl/wtrNrx>

<sup>5</sup>A participação do Orçamento da Polícia Civil no total destinado à Segurança Pública caiu de 21% para 19% no período de 2014 para 2018, segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado

- Repor imediatamente ao menos 15% do efetivo, priorizando as carreiras de delegados, investigadores e escrivães, já que a defasagem de cargos vagos atingiu em 2018 aproximadamente 25% do total de cargos<sup>6</sup>.
- Estabelecer a aposentadoria compulsória para os delegados que ocupem o cargo de Delegado Geral da Polícia Civil a fim de fomentar a renovação de quadros na instituição.
- Finalizar a implantação do Inquérito Eletrônico e sua integração com o Judiciário em todo o estado de São Paulo.
- Implantar um sistema de atendimento para a vítima, para que esta possa obter informações sobre as diligências e resultados obtidos pela investigação de seu caso, dando retorno do trabalho realizado à sociedade.
- Implantar um sistema de atendimento para a vítima, para que esta possa obter informações sobre as diligências e resultados obtidos pela investigação de seu caso, dando retorno do trabalho realizado à sociedade.
- Modernizar o currículo de formação da Polícia Civil, com ênfase em técnicas de investigação, gestão e uso de informações criminais, gestão de pessoas, entre outras.
- Normatizar processos e modernizar a gestão da Polícia Civil, com procedimentos padronizados e informatizados, bem como modernizar estrutura física das unidades e equipamentos.

### 3) Investigação de Homicídios

A redução da violência letal em São Paulo demanda, além de políticas efetivas de prevenção e repressão, o fortalecimento da investigação de homicídios – tanto para retirar criminosos perigosos de circulação, como para dissuadir novos crimes e mortes pelas mãos de justiceiros. Apesar de contar com um Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) há mais de 30 anos e de investimentos recentes no Instituto de Criminalística, pesquisa lançada pelo Instituto Sou da Paz em novembro de 2017 revelou que, em 2015, pouco mais de 38% dos homicídios dolosos ocorridos naquele ano foram esclarecidos em São Paulo.<sup>7</sup> Outra pesquisa do Instituto revelou que grande parte das investigações de homicídios duram por volta de 409 dias, muito acima dos prazos estabelecidos em lei<sup>8</sup>.

<sup>6</sup>Sindicato de Delegados de Polícia em São Paulo. Disponível em: <http://www.sindpesp.org.br/defasometro.asp>

<sup>7</sup>"Onde Mora a Impunidade", Instituto Sou da Paz, novembro de 2017. Disponível em [http://www.soudapaz.org/upload/pdf/index\\_isdp\\_web.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/index_isdp_web.pdf)

<sup>8</sup>Cálculo de tempo que compreende o prazo entre a ocorrência do crime e a conclusão do inquérito para envio ao Ministério Público. Estudo completo disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos/conhecer/pesquisas/ordem/processamento-de-homicidios>

## Propostas

- Alocar equipes dedicadas à investigação de homicídios nos locais com maior concentração deste crime a partir da especialização de delegacias e do aporte de recursos humanos e materiais. A medida precisa ser acompanhada de mecanismos de controle e monitoramento do trabalho policial pela cúpula da polícia: registro das informações em um banco de dados integrado e o acompanhamento do cumprimento de metas.
- Garantir a disponibilidade ininterrupta de equipes completas (delegados, investigadores e peritos) de atendimento de local de crime para chegada célere a todas as regiões do estado.
- Fortalecer e descentralizar as perícias, ofertando mais equipamentos e recursos materiais e humanos para que os laudos sejam realizados com mais agilidade e precisão, seguindo protocolos e melhores práticas. Por exemplo, é preciso implantar microscópicos eletrônicos, bancos de dados e softwares de comparação balística nos núcleos de balística para coleta e digitalização de padrões de projéteis e estojos de todas as armas de fogo apreendidas no estado.
- Fortalecer os programas de proteção à testemunha, garantindo o anonimato e segurança destas pessoas em todas as etapas investigatórias e processuais.
- Priorizar em todo o estado o cumprimento de mandados judiciais de pessoas acusadas de homicídios pela Polícia Civil, com apoio da Polícia Militar.
- Implantar câmaras técnicas de investigação de homicídios nas áreas com maiores taxas, envolvendo Ministério Público, Polícias, Poder Judiciário e Defensoria Pública para otimizar o fluxo de informação e o processamento.

## 4) Abordagem Policial

A abordagem é uma estratégia central de atuação das instituições policiais em todo o mundo, e configura uma ação de caráter preventivo e repressivo. Em 2017, as polícias apreenderam 15 mil armas de fogo e realizaram 207 mil prisões em flagrante e de procurados em São Paulo através deste procedimento, segundo dados oficiais da Secretaria da Segurança (CAP/SSP).<sup>9</sup> Entretanto, a supervisão das abordagens policiais é limitada, e eventuais abusos cometidos durante sua execução abalam a confiança da sociedade na Polícia Militar. Abordagens mais qualificadas trariam melhores resultados práticos e beneficiariam a Polícia e a sociedade de modo geral.

<sup>9</sup>Boletim Sou da Paz Analisa, 2017, Disponível em [http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sdpanalisa2017\\_panorama.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sdpanalisa2017_panorama.pdf)



## Propostas

- Adotar metodologia de supervisão que pressuponha uma melhor coleta de dados sobre abordagem (a partir dos tablets de viatura), abrangendo o tipo de abordagem, a motivação de parada, o perfil do abordado e os resultados alcançados.
- Melhorar o treinamento e cumprimento dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP) de abordagem, sobretudo com vistas a melhorar a comunicação entre policial e abordado.

## 5) Protestos e manifestações

A capacidade de garantir o direito de manifestação de uma sociedade diz muito sobre a qualidade de sua democracia. Infelizmente, não há no Brasil um marco legal sobre o direito à manifestação, o que dificulta enormemente o trabalho policial e gera tensões desnecessárias com a população. Como exemplos, basta citar a falta de definição sobre a antecedência mínima de aviso prévio para as autoridades e em que medida as forças de segurança podem interferir nos trajetos e horários de manifestações populares. Em São Paulo, as Polícias vêm sendo duramente criticadas pela utilização da força de forma excessiva e por outras violações contra manifestantes e jornalistas desde 2013.

É fundamental que o poder público ilumine essas zonas cinzentas normativas e seja capaz de negociar demandas sociais, de forma que as Polícias não sejam o único e nem primeiro agente estatal responsável pela prevenção de conflitos e redução das tensões no âmbito de manifestações.

## Propostas

- Ampliar a capacidade de diálogo do Poder Executivo Estadual (não se limitando à interlocução com as polícias) com a criação de canais permanentes, por meio de suas diferentes secretarias, para recepção de demandas da sociedade.
- Aprimorar os protocolos da Polícia Militar de São Paulo sobre protestos à luz de referências internacionais, com vistas à priorização de negociação e melhoria da supervisão das operações e do uso da força.
- Dar publicidade a protocolos e manuais policiais, com vistas a permitir um melhor controle social dos procedimentos, em especial quando se refere a uso de armas menos letais e a dispersão de manifestações.
- Divulgar antecipadamente por parte da Polícia Militar a cadeia de comando das operações, delimitando os poderes de cada um dos responsáveis.
- Definir protocolos transparentes sobre a condução de investigações relacionadas a incidentes com feridos no âmbito de manifestações populares, sejam policiais ou manifestantes.

## 6) Uso da força letal

Uma característica própria a toda instituição policial é a autorização legal ao uso da força. Por definição, policiais recebem o aval do Estado para regular relações interpessoais por meio da comunicação, táticas físicas e o uso de armas. No entanto, apesar de avanços pontuais, a letalidade policial continua sendo um problema sério em São Paulo. Policiais em serviço e fora de serviço foram responsáveis por 20% das mortes violentas intencionais do estado em 2017 e 33% das mortes da capital.<sup>10</sup> Diversas medidas devem ser adotadas para atenuar os riscos que policiais enfrentam diariamente e conter as mortes decorrentes de oposição à intervenção policial no estado.

### Propostas

- A Academia de Polícia Militar do Barro Branco, as Escolas Superiores de Soldados e de Sargentos e a Academia de Polícia Dr. Coriolano Nogueira Cobra devem investir na formação continuada sobre uso progressivo da força e o uso de equipamentos menos letais, com absoluta priorização à proteção da vida humana (policiais, suspeitos e terceiros).
- Monitorar o cumprimento de procedimentos operacionais e administrativos adotados por policiais em caso de morte ou lesão grave, incluindo as Resoluções SSP-05/2013<sup>11</sup> e SSP-40/2015<sup>12</sup>, que disciplinam o pronto atendimento prestado às vítimas fatais e a apuração das ocorrências.
- Analisar a adequação dos procedimentos de uso de força rotineiramente, a exemplo do programa Estudo de Caso de Ocorrência de Alto Risco da Polícia Militar (ECOAR), implementado no Comando de Policiamento da Capital (CPC). Após cada ocorrência com resultado morte, os policiais envolvidos devem compartilhar informações sobre os níveis de força utilizados, a situação em que o conflito armado se deu, eventuais problemas na aplicação dos procedimentos e demais dados relevantes.
- Uniformizar o procedimento de investigação das mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, garantindo que passos investigativos mínimos sejam seguidos pelos policiais civis e promotores do júri.
- Fortalecer o controle externo da atividade policial pelo Ministério Público Estadual, a começar por prover estrutura que garanta o envio imediato de promotores de justiça aos locais de mortes decorrentes de oposição à intervenção policial, como colocou a Resolução SSP-40, de 24 de março de 2015.

<sup>10</sup>Boletim Sou da Paz Analisa, 2017, Disponível em [http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sdpanalisa2017\\_panorama.pdf](http://www.soudapaz.org/upload/pdf/sdpanalisa2017_panorama.pdf)

<sup>11</sup>Disponível em: <https://goo.gl/tuSWzn>

<sup>12</sup>Disponível em: <https://goo.gl/td1Zg6>

- Reativar a Comissão Especial Para Redução da Letalidade em Ações Envolvendo Policiais, criada em 2000 pela Resolução nº 526. A comissão está inativa desde 2011 e é fundamental resgatar os seus trabalhos voltados à identificação dos fatores que aumentam o risco de letalidade e e propor medidas para a sua redução, bem como aprimorar as estruturas investigativas.
- Fortalecer a Ouvidoria de Polícia do Estado de São Paulo, garantindo a influência da sociedade civil na escolha do(a) ouvidor(a) e conferindo autonomia e apoio, inclusive material, ao desempenho de suas funções. As recentes propostas voltadas à centralização da escolha do(a) ouvidor(a) pelo Poder Executivo Estadual e destituição do(a) ouvidor(a) pelo governador devem ser rechaçadas, pois limitariam a independência e o exercício do controle social sobre a atividade policial.
- Publicar informações sobre os batalhões envolvidos nos casos de morte decorrente de oposição à intervenção policial, bem como as eventuais punições ligadas a estas ocorrências.



# GESTÃO DA POLÍTICA DE SEGURANÇA

## 1) Transparência e produção de dados

O estado de São Paulo é pioneiro na produção e divulgação de estatísticas criminais periódicas. Desde 1995, a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP) divulga dados trimestrais desagregados por crime, tipo de atividade policial e região. Além disso, em 2016, a pasta criou o portal “SSP – Transparência”<sup>13</sup>, por meio do qual é possível consultar, além de boletins de ocorrência de diversos crimes, dados sobre mortes decorrentes de oposição à intervenção policial e registros de óbitos pelo Instituto Médico Legal (IML). Medidas de transparência ativa como essas são positivas, pois permitem que a sociedade civil e a imprensa participem do debate sobre a segurança pública de maneira qualificada e contribuam com a produção de análises e diagnósticos.

Entretanto, o órgão responsável pela gestão das informações e estatísticas criminais do estado de São Paulo, a Coordenadoria de Análise e Planejamento (CAP), vinculada à SSP, está desde 2015 sem coordenação, ficando sua liderança a cargo do próprio Secretário de Segurança Pública. A CAP é um órgão estratégico e é essencial que tenha autonomia para a tomada de decisões técnicas e céleres, que assegurem a qualidade dos dados e estatísticas produzidas.

<sup>13</sup>Governo do Estado de São Paulo SSP – TRANSPARÊNCIA. Disponível em <http://www.ssp.sp.gov.br/transparenciassp/>

## Propostas

- Fortalecer a autonomia e capacidade de produção e análise de dados da CAP através da sua estruturação institucional, com ampliação de equipe, contratação de profissionais qualificados (como estatísticos, administradores, cientistas sociais, analistas criminais, entre outros) para a gestão e análise de informações criminais e a designação de um(a) coordenador(a) que, preferencialmente, não detenha cargo de natureza policial para evitar disputas entre as instituições policiais.
- Aperfeiçoar o relatório anual previsto na Resolução SSP-88/2016<sup>15</sup>, cujo objetivo é consolidar os registros de crimes dolosos contra a vida em que houve alteração de natureza jurídica de ocorrências, decorrente de morte superveniente de vítimas ou de nova interpretação dos fatos no curso das investigações policiais. Este trabalho dá transparência e confiabilidade aos dados sobre mortes violentas registradas. Propomos ainda que o relatório seja expandido para relacionar também todos os casos de “mortes suspeitas”, uma vez que a exata natureza jurídica nesses casos não está definida no momento do registro do Boletim de Ocorrência.
- Fortalecer a auditoria interna sobre os registros de crimes dolosos contra a vida, prevista na Resolução SSP-99/2016<sup>14</sup>, com a produção mensal de relatório de auditoria também previsto na resolução.
- Inibir tentativas corporativistas que busquem realocar a gestão das Polícias Militar, Civil e Técnico-Científica para secretarias diferentes, dificultando ainda mais a necessária integração e cooperação entre as Polícias paulistas.
- Integrar o sistema de Registro de Ocorrências Digitais (RDO), operado pela Polícia Civil, e o sistema de Gestão Digital de Laudos (GDL), operado pela Polícia Técnico-Científica, como forma de proporcionar maior agilidade e economia ao procedimento de comunicação entre Delegacias, o Instituto Médico Legal (IML) e o Instituto de Criminalística (IC).

## 2) Modernização tecnológica

A tecnologia vem sendo utilizada pelas polícias do mundo todo para superar limitações orçamentárias, melhorar a eficiência e auxiliar na prevenção e combate ao crime. No final da década de 1990, o estado de São Paulo foi pioneiro no Brasil com a produção digital dos boletins de ocorrência (RDO) e mapeamento destes pelo Infocrim. Também merece destaque positivo o projeto Radar, que a partir de 2015 integrou câmeras já existentes na capital e ajuda na recuperação de carros roubados sem custos adicionais.

<sup>14</sup>Disponível em: <https://goo.gl/LQfViW>

<sup>15</sup>Disponível em: <https://goo.gl/BbAuGZ>

Por outro lado, o sistema Detecta, anunciado durante a campanha do candidato Geraldo Alckmin em 2014, que prometia detectar, prevenir e reduzir crimes no estado de São Paulo, até hoje não foi totalmente implantado, apesar do investimento de ao menos R\$ 30 milhões<sup>16</sup>. Ainda não é possível confirmar impactos efetivos do uso do sistema na segurança pública de São Paulo. Em análise realizada em 2017, o Tribunal de Contas do Estado constatou que o Detecta não operava com todas as funcionalidades previstas em contrato e que, até então, não havia produzido os resultados esperados.

## Propostas

- Garantir que todas as unidades policiais de São Paulo tenham a infraestrutura necessária para usufruir plenamente do Detecta e concluam o treinamento de policiais responsáveis pela sua utilização.
- Acelerar a interligação do sistema Detecta ao maior número de câmeras e radares nos municípios do estado.
- Realizar auditoria e avaliação dos sistemas de tecnologia adquiridos pelas Polícias visando a racionalização do uso de recursos e integração de dados.

### 3) Sistema de bonificação por resultados

Desde janeiro de 2014, o estado de São Paulo conta com o Programa Bonificação por Resultados – São Paulo contra o Crime, política de gestão orientada por resultados na segurança pública. O programa estabelece metas mensais conjuntas referentes à letalidade violenta, roubos e furtos de veículos e demais roubos para as Polícias Civil, Militar e Técnico-Científica, de forma a estimular o planejamento e trabalho integrado entre elas.

O Instituto Sou da Paz participou da formulação e implantação do programa entre 2013 e 2014. A partir de 2015, no entanto, não foi mais possível acompanhar o seu andamento, que passou por uma série de alterações e deixou de ser prioridade na política de segurança do estado. Atualmente há transparência limitada em relação ao cálculo das metas, pagamento de bonificações, e aplicação dos fatores de redução, entre outros aspectos, o que limita a possibilidade de monitorá-lo, impossibilitando uma análise mais técnica e qualificada sobre sua efetividade e a proposição de mudanças e melhorias. É, portanto, fundamental fortalecer o monitoramento do Programa de Bonificação por Resultados na Segurança Pública e investir no seu aprimoramento.

<sup>16</sup>“Relatório de Fiscalização de Natureza Operacional – Solução de Consciência Situacional – DAS ‘Detecta’”, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, TCA nº 17.941/026/2015. Disponível em: <https://www4.tce.sp.gov.br/sites/tcesp/files/downloads/detecta.pdf>

## Propostas

- Pagar corretamente o bônus trimestral, sem atrasos, e reconhecer publicamente os policiais e unidades que apresentarem os melhores resultados em eventos periódicos.
- Retomar as reuniões mensais de acompanhamento do programa com participação do secretário de Segurança Pública do estado de São Paulo, demonstrando a prioridade política das atividades.
- Publicar trimestralmente os microdados relativos ao programa, incluindo as metas para cada, resultados de cada Área de Atuação Compartilhada (AAC), regiões e da totalidade do estado para os três indicadores. Publicar também os valores pagos a título de bonificação e a aplicação dos fatores de redução, possibilitando que o programa seja objeto do devido controle social da sociedade civil, imprensa e órgãos públicos.
- Desenvolver mecanismos de auditoria interna e externa sobre as informações e dados criminais utilizados para avaliar o trabalho dos policiais, minimizando riscos de eventuais desvios nas informações produzidas (*gaming*).
- Tornar obrigatória a aplicação do fator de redução da letalidade policial quando houver aumento em relação ao mesmo período do ano anterior, uma vez que o secretário da Segurança Pública está sujeito a pressões de diversas naturezas, inclusive das corporações policiais.

### 4) Revisão de métricas de produtividade das Polícias

Parte importante do trabalho das Polícias Militar e Civil ainda é medida a partir de indicadores operacionais (tais como quantidades de abordagens realizadas, drogas apreendidas, inquéritos instaurados, mandados de buscas cumpridos e prisões realizadas) e não pelo impacto do policiamento na criminalidade. É preciso ponderar o quanto tais indicadores efetivamente impactam na segurança pública e na redução dos indicadores criminais. O mero aumento destes números nem sempre traz como consequência maior segurança para a população. É perfeitamente possível aumentar dados de abordagens sem que isso gere mais prevenção criminal.

Mesmo no caso de prisões realizadas, é preciso ponderar se o estímulo e a valorização desse indicador de fato impactam na redução de crimes. A quantidade de prisões é um indicador operacional frequentemente utilizado para avaliar o trabalho, no entanto, seu uso pode impactar o aumento de prisões por crimes não violentos, ou mesmo por questões civis (tais como pensão alimentícia) sem que isso traga benefícios reais à segurança.

É necessário descontinuar gastos comprovadamente ineficientes e orientar o trabalho das Polícias pelos resultados práticos alcançados, assim como por indicadores de produtividade que se relacionam diretamente com a redução de indicadores criminais – em especial crimes violentos.

## Propostas

- Ajustar metodologia de coleta e avaliação de indicadores para cada Polícia, trazendo escolhas mais atinentes à atividade-fim e peculiaridades de cada instituição, como por exemplo taxas de esclarecimento por crime na Polícia Civil, a qualidade de laudos produzidos pela Polícia Técnico-Científica, entre outros. Contemplar também coleta de indicadores sobre percepção dos cidadãos e satisfação com os serviços oferecidos.
- Valorizar o uso de indicadores de impacto nas Polícias (como a redução de crimes violentos) e o reforço das metas estabelecidas no Programa de Bonificação por Resultados.
- Priorizar investimentos nas áreas de inteligência, capacitação e modernização de equipamentos, particularmente aqueles referentes à coleta e sistematização de dados

## 5) Termo Circunstanciado

Boa parte do trabalho diário da Polícia Militar envolve casos de menor potencial ofensivo (contravenções penais e crimes cuja pena máxima prevista em lei não ultrapassa dois anos). Em diversos estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além de profissionais de outras instituições como a Polícia Rodoviária Federal, policiais tem a prerrogativa de elaborar um Termo Circunstanciado e encaminhá-lo diretamente ao Judiciário, sem a necessidade de intermediação pela Polícia Civil. Esta medida simples tem um potencial importante de racionalizar o uso de recursos na segurança pública, ao liberar o efetivo da Polícia Civil para a sua atividade central – investigação criminal – e também o efetivo da Polícia Militar para o policiamento preventivo. Já o cidadão, destinatário central do serviço, tem o benefício de finalizar o atendimento no próprio local de forma célere.

## Propostas

- Revogar a Resolução SSP – 233/2009<sup>17</sup>, que restringe a possibilidade de elaboração de Termo Circunstanciado, previsto no artigo 69 da Lei 9.099/1995<sup>18</sup>.

<sup>17</sup><https://goo.gl/1Ajjft>

<sup>18</sup><https://goo.gl/yCpRdH>



- Estruturar todos os programas de policiamento da Polícia Militar para viabilizar a elaboração de Termo Circunstanciado diretamente nas ocorrências de infrações de menor potencial ofensivo.
- Elaborar e implantar um fluxo de interlocução entre a Polícia Militar e o Poder Judiciário que garanta a celeridade da prestação jurisdicional.

## 6) Violência contra a mulher

Dados da SSP indicam que as mulheres são as vítimas preferenciais nos casos de violência doméstica e violência sexual. Cerca de 9,2 mil mulheres são ameaçadas ou agredidas no estado todo mês.

Quase 9 em cada 10 vítimas de estupros na capital paulista são mulheres. As ocorrências de estupro têm subido de forma praticamente contínua no estado desde meados de 2015 atingindo em 2017 mais de 11 mil ocorrências<sup>19</sup>. O dado é ainda mais dramático se considerarmos que apenas a minoria dos casos são reportados e que quase 70% das vítimas são menores de idade ou vulneráveis que não conseguem discernir o abuso ou denunciá-lo.

### Propostas

- Ampliar as estatísticas e levantamentos sobre perfil da violência doméstica e sexual no estado com publicações periódicas no site da SSP.
- Realizar pesquisa de vitimização no estado para melhor compreensão do fenômeno.
- Supervisionar o cumprimento da Resolução Conjunta SP-2 de 12-1-2017 que estabelece protocolo único de atendimento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
- Estabelecer parcerias com a rede de saúde e educação para treinamento dos agentes na identificação de ocorrências de violência sexual em menores e incapazes, acelerando a identificação e interrupção dos abusos.
- Melhorar o planejamento de patrulhamento preventivo nos locais e regiões com maiores ocorrências de violência sexual em locais públicos.
- Polícia Civil deve melhorar a capacidade de esclarecimento de casos de estupro, especialmente envolvendo autores desconhecidos da vítima e realizar a prisão de autores de modo a prevenir a ocorrência de novos casos.
- Estabelecer parcerias com Guardas Municipais para a criação de patrulhas Maria da Penha destinadas a visitar vítimas de violência doméstica e fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas.

<sup>19</sup>Em 2017 foram 11.089 ocorrências de estupro no estado de São Paulo, um aumento de 10,3% comparativamente ao ano anterior.  
Fonte: SSP-SP



# CONTROLE DE ARMAS E MUNIÇÕES

Apenas no ano de 2016, mais de 2.720 paulistas foram mortos pelo disparo de armas de fogo.<sup>20</sup> Além disso, foram registradas aproximadamente 396 mil ocorrências de roubo por ano no estado, muitas das quais sob a mira de uma arma, casos que impactam diretamente na segurança da população.<sup>21</sup> Existem ainda preocupantes casos de roubos ou desvios de armas custodiadas pelo poder público estadual, como os dois casos de roubos a fóruns em junho de 2017 que devolveram mais de 560 armas à criminalidade.<sup>22</sup>

Por outro lado, as apreensões de armas de fogo caíram de 23 mil, em 2007, para cerca de 15,5 mil, em 2017, segundo dados oficiais da Secretaria da Segurança Pública (CAP/SSP). Se, por um lado, este dado pode indicar uma menor disponibilidade de armas de fogo para o crime, por outro aponta para a necessidade de o estado aprimorar a estratégia de apreensão adotada pelas Polícias, com mais recursos para operações baseadas na investigação policial e no uso de inteligência.

Também é preciso reconhecer que São Paulo frequentemente é ponto de entrada ou de passagem de armas e munições que alimentam tanto a criminalidade paulista como a de outras regiões, sendo especialmente importante a cooperação com autoridades federais e de outros estados para coibir estas práticas.

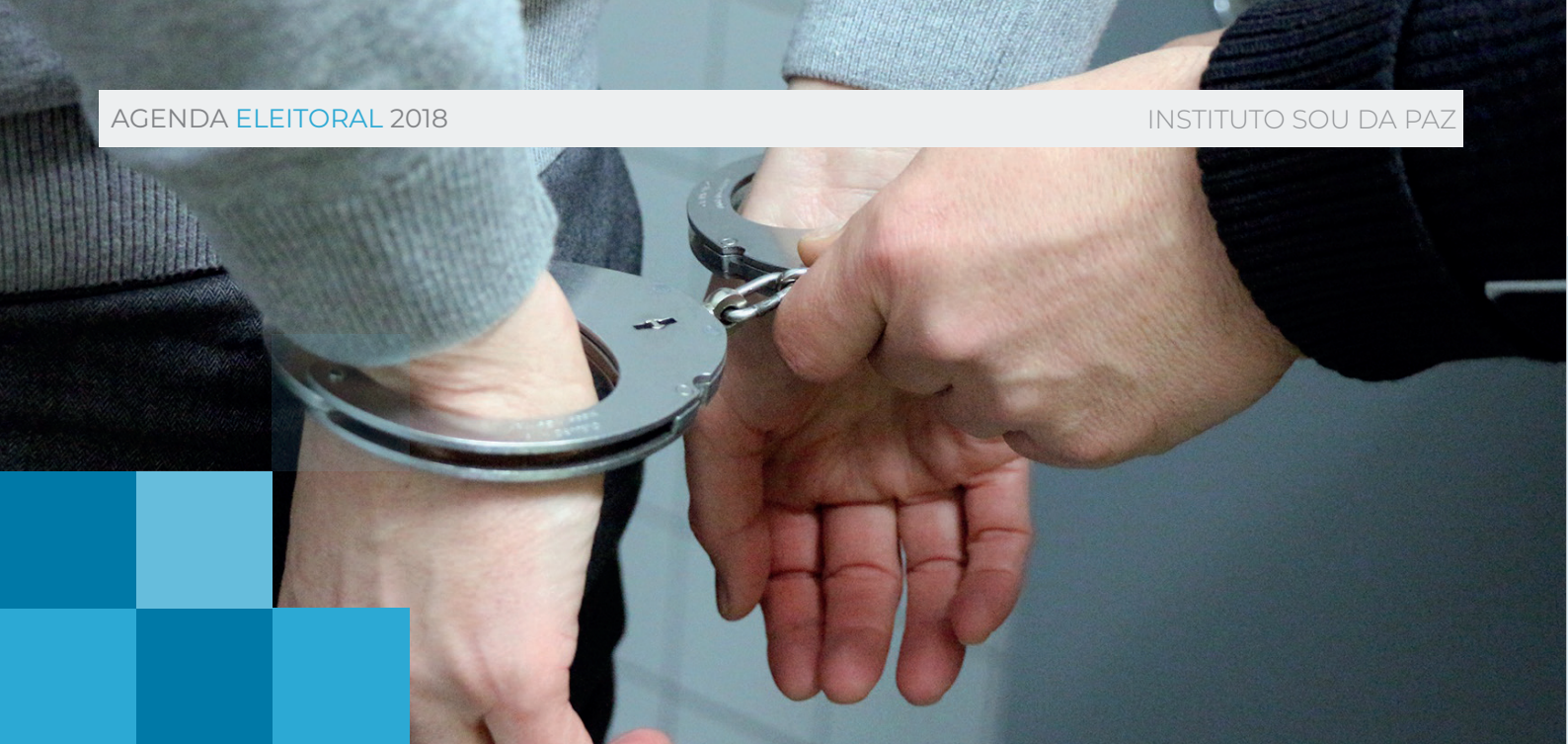
<sup>20</sup>DATASUS (CID-10) categorias: X93, X94 e X95 correspondentes a agressões por disparos de arma de fogo

<sup>21</sup>Sou da Paz Analisa: Panorama 2017: 62: [http://soudapaz.org/upload/pdf/sdpanalisa2017\\_panorama.pdf](http://soudapaz.org/upload/pdf/sdpanalisa2017_panorama.pdf)

<sup>22</sup>Notícia disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/apos-o-roubo-de-centenas-armas-tj-remove-arsenal-de-foruns-do-interior-e-grande-sp.ghtml>

## Propostas

- Melhorar a caracterização da arma apreendida no registro do Boletim de Ocorrência, com atualização após elaboração do laudo pericial, permitindo melhores relatórios analíticos sobre o perfil da arma do crime em São Paulo a serem produzidos no âmbito da Secretaria da Segurança Pública e compartilhados com as polícias.
- Criar delegacia especializada para realização e análise de perfil e rastreamento nacional de armas de fogo e munições apreendidas para a identificação de padrões, e persecução de traficantes de armas e munições ilegais reduzindo a disponibilidade desses arsenais, especialmente focando em armas de maior poder de fogo como fuzis e submetralhadoras.
- Racionalizar o fluxo de custódia de armas e munições apreendidas e coordenar com o Poder Judiciário a redução do tempo de custódia destas, reduzindo o custo de sua guarda e o risco de extravios que desperdiçam o trabalho de apreensão e abastecem a criminalidade.
- Aumentar a cooperação com autoridades federais (especialmente Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Exército e Receita Federal) para identificar rotas de tráfico de armas e munições incluindo o desenvolvimento de ações conjuntas nas fronteiras do estado.
- Informatizar a produção de laudos periciais de apreensão de armas de fogo e de munições e sua integração com o Registro de Ocorrência e inquéritos digitais.
- Criar um banco estadual de impressões balísticas dotado de *software* que acelere a realização de confrontos balísticos e melhorar a eficiência das investigações criminais envolvendo armas de fogo.
- Enviar regularmente informações sobre armas apreendidas no estado para os bancos de dados federais (SIGMA e SINARM).



# CRIME ORGANIZADO

O crime organizado catalisa atenções no Brasil por sua capacidade de disputar o domínio de rotas internacionais e interestaduais de tráfico de armas e de drogas, além de controlar estabelecimentos prisionais e territórios à margem do poder público, alimentando a corrupção de agentes públicos.

São Paulo é o berço da principal organização criminosa do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC), que expande seus integrantes para fora de São Paulo, com conexões internacionais. Segundo o Ministério Público, há mais de 10 mil integrantes da facção no estado, além de mais de 20 mil membros em outras Unidades Federativas.<sup>24</sup> Além do domínio que estas facções exercem em unidades prisionais, episódios recentes demonstram tentativas de infiltração destas organizações criminosas nas polícias e na esfera política, o que representa grande ameaça ao poder constituído.<sup>25</sup>

Diante desse cenário, é fundamental que o estado priorize o enfrentamento ao crime organizado criando estruturas e ferramentas para fazer frente a esta ameaça.

<sup>24</sup>Disponível em: <https://goo.gl/7E1Dfs>

<sup>25</sup>Em 2016 um conselheiro do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana foi preso pela Polícia Civil por receber mesada do PCC (<https://goo.gl/oih4CL>). Em 2017 o prefeito de Embu das Artes foi investigado pela Polícia Civil e Polícia Federal suspeito de lavar dinheiro para o PCC. (<https://goo.gl/fdN82a>)

## Propostas

- Aumentar e consolidar a parceria das polícias paulistas e do Ministério Público Estadual com órgãos de fiscalização do Sistema Financeiro Nacional e com a Receita Federal, Secretarias da Fazenda e Tribunais de Contas para identificar mecanismos de lavagem de dinheiro e outras operações financeiras utilizadas pelo crime organizado.
- Aumentar e consolidar a fiscalização sobre o Porto de Santos, em parceria com autoridades federais e órgãos privados, com vistas ao combate do tráfico internacional de drogas<sup>26</sup>.
- Aumentar e consolidar a fiscalização em parceria com agências reguladoras e outras unidades federativas sobre atividades econômicas utilizadas por organizações criminosas para camuflar suas atividades, como postos de combustíveis e cooperativas de transporte, por exemplo.

<sup>26</sup>Disponível em: <https://goo.gl/SrGdKB>

# SISTEMA PRISIONAL

Em 2016, São Paulo ultrapassou a marca de 240 mil pessoas aprisionadas.<sup>27</sup> Há quase dois presos por vaga disponível no sistema paulista e o déficit atual é de aproximadamente 108 mil vagas.<sup>28</sup> Dos presos, 31% não foram julgados, apenas 10% têm acesso a atividades educacionais e 13% estão trabalhando, patamares inferiores à média nacional.<sup>29</sup>

Ao mesmo tempo, evidencia-se o enfraquecimento das Centrais de Penas e Medidas Alternativas na capital, órgão vinculado à Secretaria de Administração Penitenciária, responsável por gerir as formas alternativas de punição aplicadas aos crimes menos graves. A partir de março de 2018 os próprios apenados passaram a ser responsáveis por identificar e agendar o cumprimento da pena de prestação de serviço à comunidade diretamente com a organização que poderia recebê-los, retirando da central a responsabilidade por mediar essa tão delicada relação. Relatório do Instituto Terra Trabalho e Cidadania<sup>30</sup> aponta que diversas centrais têm como principal força de trabalho a de estagiários, alguns sem qualquer supervisão técnica. Esta estrutura precária afeta fortemente a qualidade dos serviços e a possibilidade de cumprimento da medida e recuperação das pessoas que cometem crimes.

O Primeiro Comando da Capital - PCC, maior facção do crime organizado brasileiro, também representa ameaça constante à gestão do sistema

<sup>28</sup>Ibid.

<sup>29</sup>Ibid.

<sup>30</sup>Relatório "Fora de Foco" disponível em: <https://goo.gl/uf1FPE>

penitenciário. Em abril de 2018, defensores públicos foram mantidos reféns durante uma rebelião na Penitenciária de Lucélia, ao passo que uma rebelião em Bauru em janeiro de 2017 foi seguida de fuga de 152 presos no Centro de Progressão Penitenciária local.<sup>31</sup> Para além do controle das unidades, a apreensão de mais de 14 mil unidades<sup>32</sup> de celulares em presídios paulistas só em 2017 demonstra que o estado não tem sido capaz de evitar a entrada de ilícitos e impedir que criminosos sigam comandando ou praticando atividades criminosas, mesmo detidos.

## Propostas


- Adotar uma política de gestão de vagas no sistema penitenciário que seja racional, eficiente e humana, priorizando a persecução de crimes graves, vinculando a criação de novas vagas aos critérios previstos na Lei de Execução Penal<sup>33</sup> e utilizando indicadores compatíveis ao cumprimento da função ressocializadora da pena, tais como taxas globais e locais de ocupação, regimes de cumprimento de pena, e o tipo de crime, sexo, identidade de gênero da população carcerária.
- Apoio do Poder Executivo Estadual para ajudar a viabilizar a estruturação de audiências de custódia presenciais em todas as comarcas do estado, inclusive em finais de semana e feriados.
- Instalar *scanners* corporais e bloqueadores de celulares em todos os presídios e centros de detenção de São Paulo.
- Aumentar o efetivo de agentes de escolta para viabilização de atendimentos médicos, audiências de custódia, além de liberar efetivo das Polícias Militar e Civil para suas funções mais centrais.
- Ampliar significativamente a oferta de trabalho e ensino nas unidades prisionais.
- Direcionar recursos para o investimento na gestão eficiente do sistema, incluindo a padronização dos kits a serem entregues pela administração prisional aos custodiados, minimizando o comércio informal, e alimentação, que deve ser preparada dentro da unidade sempre que possível.
- Padronizar e informatizar o preenchimento da ficha inicial de ingresso da pessoa presa no estabelecimento prisional.
- Priorizar e reforçar a estrutura das centrais de alternativas penais do estado, a fim de permitir melhores condições de cumprimento de pena e facilitar a reinserção social. Em especial, aumentar recursos para contratação de corpo técnico, especialmente assistentes sociais e psicólogos.
- Aumentar o número de tornozeleiras eletrônicas disponíveis, inclusive para réus ainda não julgados, como determina a lei de medidas cautelares<sup>34</sup>.

<sup>31</sup>Disponível em: <https://goo.gl/mQLbDs>

<sup>32</sup>Disponível em: <https://goo.gl/f4m3Rb>

<sup>33</sup>Disponível em: <https://goo.gl/2iYP9t>

<sup>34</sup>Disponível em: <https://goo.gl/Fj47jp>



# POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA

## 1) Sistema Socioeducativo

Dados de 2018 apontam que o número de adolescentes em privação e restrição de liberdade no Brasil aumentou 58% em sete anos.<sup>35</sup> Destes adolescentes, mais de 37% estão no estado de São Paulo, que também possui o maior número de unidades de internação do país (146 de um total de 477)<sup>36</sup>. Em São Paulo, segundo dados de junho de 2018, os atos infracionais cometidos pelos adolescentes internados correspondiam a 45% por tráfico de drogas, 41% por roubo e 4% em atos contra a vida (homicídio e latrocínio).<sup>37</sup>

Para que seja possível a interrupção das dinâmicas infracionais, é fundamental fortalecer o atendimento socioeducativo, de meio aberto e fechado, cumprindo integralmente a lei e garantindo direitos fundamentais como educação, saúde, cultura, lazer e capacitação profissional para adolescentes cuja vulnerabilidade social demanda atuação diferenciada.

Os meses subsequentes à saída da internação são os mais críticos para a reincidência infracional, o que torna imprescindível a criação de um programa de apoio ao egresso de internação, conforme já previsto no Plano Decenal Socioeducativo do Estado de São Paulo, estabelecido em 2014 e ainda não implementado efetivamente.<sup>38</sup>

<sup>35</sup>Relatório Nacional do SINASE, 2018. Disponível em [http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento\\_2016Final.pdf](http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/marco/Levantamento_2016Final.pdf)

<sup>36</sup>Ibid.

<sup>37</sup>Boletim Estatístico, Fundação CASA, 18 de maio de 2018. Disponível em <http://www.fundacaocasa.sp.gov.br/View.aspx?title=boletim-estat%C3%ADstico&d=79>



## Propostas

- Fortalecer a formação continuada e garantir apoio psicológico aos profissionais da Fundação CASA, bem como garantir a pronta apuração e responsabilização por abusos envolvendo servidores da instituição.
- Assegurar a construção participativa e a efetiva individualização do Plano Individual de Atendimento (PIA) e aprimorar o atendimento psicossocial, oficinas culturais e cursos de educação profissional oferecidos nas unidades da Fundação CASA.
- Implantar um programa de acompanhamento opcional aos egressos da medida socioeducativa de internação, previsto no Plano Decenal de Atendimento Socioeducativo do Estado, para que auxilie na readaptação dos jovens às suas comunidades e garanta seu acesso a serviços públicos fundamentais.
- Investir na produção de conhecimento e sistematização de dados acerca do sistema socioeducativo no estado de São Paulo, produzindo dados hoje inexistentes como as taxas de reincidência infracional nos meios fechado e aberto.

## 2) Educação Pública

A escola pública é um espaço central para a prevenção da violência e dos conflitos sociais. Com uma rede de aproximadamente cinco mil escolas, com ao menos uma unidade em todos os municípios paulistas, a rede estadual de ensino apresenta uma capilaridade que nenhum outro equipamento público alcança. Seu espaço de convivência obrigatória e socialização também confere à escola um potencial educativo único no que se refere à gestão dos conflitos sociais. Tecnologias de mediação de conflitos e práticas restaurativas são extremamente promissoras na gestão de conflitos cotidianos que, se não forem bem manejados, podem se transformar em situações violentas posteriormente.

O estado de São Paulo criou o projeto Professor Mediador Escolar e Comunitário (PMEC) em 2010, atividade docente voltada à promoção de métodos de gestão de conflitos e também à articulação com a rede de garantia de direitos da criança e do adolescente e proteção social. Em avaliações realizadas, o projeto era amplamente aprovado pelos diretores das escolas que participavam da iniciativa.

<sup>38</sup>Pesquisa realizada pela Vara de Execução de Medidas Socioeducativas do Distrito Federal. Disponível em <https://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/noticias/2015/marco/pesquisa-aponta-que-maior-tempo-de-internacao-nao-diminui-os-indices-de-reincidencia-do-adolescente-em-conflito-com-lei>

## Propostas

- Reestruturar o projeto PMEC na rede estadual de ensino, por meio de seleção de profissionais adequados ao perfil, da oferta de formação continuada ao profissional no exercício da função e avaliação permanente da iniciativa junto à comunidade escolar.
- Reduzir a evasão escolar, incluindo estratégias de busca ativa e acompanhamento escolar, especialmente para alunos em estado de vulnerabilidade social, em cumprimento de medida socioeducativa ou egresso da Fundação CASA.

### 3) Cultura, capacitação profissional e empreendedorismo

Quando pensamos na juventude mais vulnerável, encontramos um cenário de pouco acesso aos direitos fundamentais e exercício da cidadania. Para além da escola, eles demandam e precisam de maior acesso à cultura e esporte, equipamentos públicos que precisam ser fortalecidos, principalmente nas periferias dos grandes centros urbanos.

Outro fator preponderante para superação dos desafios desta juventude refere-se ao mundo do trabalho, à educação e qualificação profissionalizante e ao desenvolvimento do empreendedorismo.

Faz-se necessário um conjunto de políticas públicas capazes de agir de forma sistêmica e integrada, articulando as já existentes redes de proteção aos adolescentes e jovens do estado.

## Propostas

- Reforçar a identidade dos jovens com seus bairros, oferecer oportunidades e fomentar negócios e comércios locais. Conectar esse jovem ao máximo de oportunidades, também nos bairros onde moram, descentralizando-as e fortalecendo o desenvolvimento das periferias.
- Fortalecer as ações nos equipamentos públicos de cultura já existentes, como as Fábricas de Cultura, levando mais atividades e cursos às regiões mais vulneráveis.

Fortalecer programas e editais de fomento à cultura, priorizando atendimento a bairros com maior déficit de equipamentos culturais, implicando o jovem como autor e protagonista da cultura local.

Fomentar a qualificação profissional e a oferta de microcrédito, possibilitando que os jovens possam se qualificar, seja para o mercado formal, seja para empreender.

Parcerias com o Sistema S (Senai, Senac, Sesi) para ofertas de vagas, em cursos que atendam o interesse e a capacidade do público-alvo.



**Projeto Gráfico:**

Arraibe Comunicação e Design

**Capa:**

Criada por Iconicbestiary - Freepik.com

Julho / 2018

**Realização**

Instituto  SoudaPaz  
A paz na prática

**Apoio**

  
INSTITUTO  
Betty e Jacob  
LAFER



Instituto **SoudaPaz**

A paz na prática

[www.soudapaz.org](http://www.soudapaz.org)